

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM VINTE E SEIS DE MAIO DE DOIS MIL E QUINZE**-----

----- **ATA NÚMERO SETENTA**-----

----- Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e quinze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, Av. de Roma nº 14 L – Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência em exercício do Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves da Silva de Almeida Saavedra, respetivamente Primeira e Segunda Secretária em exercício.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Deolinda Carvalho Machado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando José da Silva e Nunes da Silva, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, John Law Rosas da Costa Jones Roque Baker, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Roque Alexandre, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira de Carvalho, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rosa Maria Carvalho da

Silva, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Luís Duarte de Albuquerque Carreira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira; Sandro Daniel dos Santos Gonçalves Araújo, Sandra Cristina Andrade, Isabel Cristina Rua Pires, Miguel Martins Agroução, Maria Margarida Matos Mota, Ana Margarida Mota Vieira da Silva Morais, António José do Amaral Ferreira de Lemos, Patrícia de Oliveira Caetano Barata, Luís Graça Gonçalves, Nelson Pinto Antunes.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais-----

----- Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa e Davide Miguel Santos Amado.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria Margarida Matos Mota.-----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira.-----

----- Ricardo Azevedo Saldanha (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria Cândida Cavaleiro Madeira.-----

----- Davide Miguel Santos Amado (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Morais.-----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputado Municipal Luís Graça Gonçalves.-----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia Caetano Barata.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Miguel Martins Agroução.-----

----- Maria Luisa de Aguiar Aldim (CDS-PP), pelo período de 21 a 29 de Maio de 2015, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal António José do Amaral Ferreira de Lemos.-----

----- Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Isabel Cristina Rua Pires.-----

----- Mariana Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sandra Cristina Andrade Carvalho.-----

----- Floresbela Mendes Pinto (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Sandro Daniel dos Santos Gonçalves Araújo.-----

-----A Mesa da Assembleia, reunida em 26 de Maio de 2015, deliberou:-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente Fernando Medina e pelos Senhores Vereadores: Duarte Cordeiro, Graça Fonseca, Manuel Salgado, Carlos Castro, João Afonso, João Saraiva, Jorge Máximo, Paula Marques.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: António Prôa, João Gonçalves Pereira, Carlos Moura, Alexandra Duarte e Paulo Quaresma. -----

----- Às quinze horas e cinco minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia em exercício** declarou aberta a reunião. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício:** -----

----- “Temos hoje entre nós uma delegação da Coreia do Sul que eu gostaria de saudar em nosso nome, e portanto, pedia-vos que se sentassem rapidamente bem como ao público presente. -----

----- Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores, público presente, Senhores jornalistas, vamos começar a nossa sessão e eu vou dirigir umas breves palavras de saudação à delegação da cidade de Gwanak que pertence à área metropolitana de Seul, portanto, Coreia do Sul, que nos dá a honra de estar presente, e eu queria em nome de todos os Deputados Municipais exprimir a nossa satisfação e a nossa alegria pela sua visita. -----

----- Eu penso que é muito importante que, estruturas eleitas pelo povo para representar as suas cidades, se possam conhecer e possam partilhar experiências, e portanto, gostaria na pessoa da *chairman* Sung Sim saudar todos os membros desta ilustre delegação de Gwanak e realmente dizer-lhes da nossa satisfação de os termos entre nós. Isto vai ser agora traduzido em coreano pelo nosso amigo intérprete.” -----

----- (Foi feita a tradução do discurso boas-vindas, proferido pelo Senhor Presidente em exercício, dirigido à delegação coreana de Gwanak.) -----

----- **O Senhor Presidente em exercício:** -----

----- “Pedia que dessemos uma salva de palmas aos nossos convidados. -----

----- Senhores Deputados Municipais vamos continuar com uma intervenção do público e eu pedia aos serviços que conduzissem o Senhor Rui Maia, que vai abordar uma questão relativa às obras na escola do Largo do Leão, portanto, pedia que o conduzissem para pode fazer a sua intervenção.” -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Senhor Rui Maia**, residente na Rua Sebastião Saraiva Lima, 89, 4º Direito, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. -----

----- *O meu nome é Rui Maio, sou membro da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola do 1º Ciclo do Largo Leão, em Arroios. Eu estou aqui para tentar que nos ajudem a resolver alguns problemas que estão identificados à bastante tempo.* -----

----- *A nossa escola recebeu, no Verão passado, antes das aulas, um conjunto de obras que a Câmara Municipal realizou e que eram urgentes, e que abordavam problemas bastante complexos e que tinham a ver com a segurança das crianças. O problema é que esse conjunto de obras não foi terminado e, portanto, há muitos problemas que persistem. Persistiram ao longo de todo este ano, apesar de nós chamarmos a atenção.* -----

----- *Eu vou identificar esses problemas porque acho que os problemas têm que ter uma resposta concreta um a um.* -----

----- Em primeiro lugar, as salas de aula são basicamente, salas voltadas a sul, com paredes de vidro, completas, e portanto, neste momento temos temperaturas elevadíssimas dentro das salas, e temos crianças, dos seis aos onze anos, que têm de trabalhar em condições bastante difíceis. Nós podemos imaginar, por exemplo, se esta sala estivesse voltada a sul com uma parede toda de vidro, certamente havia alguma resistência em conduzir trabalhos nessas condições.-----

----- Nós achamos que isto tem de ser abordado, e na altura foram retirados toldos que realizavam sombriamente, porque estavam em péssimas condições, era um problema de segurança, mas não foram substituídos, nem arranjados, portanto, é preciso uma solução para o sombreamento das salas, e ele é tanto mais urgente à medida que as temperaturas sobem. -----

----- Em segundo lugar, o chão do pátio da escola no qual as crianças brincam, foi substituído, mas foi substituído por um material abrasivo. Nós identificamos e, obviamente, não é necessário ser técnico para identificar esse problema; houve muitos acidentes, nós temos muitas fotografias de crianças esfoladas e algumas com bastante gravidade, e esse problema foi identificado. Nessa altura, a Câmara Municipal disse que iria ver, podia ser que o desgaste e a correria das crianças resolvessem o problema. Não resolveram. E que nós saibamos que a Câmara Municipal não tem propriamente, observado este problema e portanto, ele continua exatamente, na mesma.-----

----- Aquilo que nós queremos é aquilo que é natural, é que seja colocado na escola um piso que não é um problema de segurança para as crianças. Pensamos que isso não é uma exigência demasiado relevante, digamos. -----

----- Antes das obras também não tínhamos biblioteca porque havia infiltrações nas salas de aula, e as obras resolveram em parte esse problema. O problema é que há uma sala e que está identificada há um ano que continua com infiltrações, a sala não está a ser usada e as crianças estão a ter aulas na biblioteca, o que significa que naquela escola não há nenhuma biblioteca a funcionar, e o único espaço lúdico-pedagógico existente na escola. -----

----- Portanto, as crianças quando têm tempos livres não vão para a biblioteca, não vão consultar um livro, não vão ler com os professores como muitas vezes acontecia. Aguardamos, assim, a solução deste problema, também à cerca de um ano. -----

----- A nossa escola não tem, também, uma coisa que eu imagino que aqui haja, que é a sinalética e um plano de evacuação em segurança. Mas ao contrário das pessoas que estão aqui, que somos todos adultos, lá são todas crianças de seis e onze anos. E se algum dia acontecer um problema grave será preciso retirar aquelas crianças daquela escola, e aquelas crianças e aquela escola, estão numa cave. Provavelmente, muitos de vós conhecerão a escola, é uma escola que se desenvolve numa cave, atrás de uma embaixada, e não tem sinalética, não tem saídas de segurança, as portas ficam fechadas à chave durante o dia.-----

----- Aquilo que fomos informados pela Câmara Municipal há dois anos, era que o plano de evacuação e segurança estava a ser terminado. -----

----- Já sabem o que vou dizer a seguir, não há plano de evacuação e segurança. E portanto, é urgente como era há dois anos, e vai ser urgente até ao dia, e esperamos que isso não aconteça, que seja necessário retirar as crianças da escola. -----

----- Já fomos a reuniões e já fizemos intervenções através dos períodos destinados ao público, em que fomos informados pelos Vereadores Jorge Máximo e Graça Fonseca que isto estaria tudo a ser tratado. Aliás, foi até respondido de uma forma relativamente, estranha porque nos remeteram o caso como se estivéssemos a pedir piscinas e jacúzis para a escola, quase como se estivéssemos a dizer alguma novidade e nós não estamos a dizer nada de novo, estamos a colocar problemas já identificados há um ano, ou há um ano começou a sua resolução. -----

----- Aquilo que achamos é que a segurança tem de ser uma prioridade para a Câmara Municipal de Lisboa e, nomeadamente, quando se trata de crianças tão pequenas. As crianças e a educação são o essencial e o centro de um país civilizado. É assim que nós achamos que deve ser. -----

----- O Largo Leão é outra questão que se encontra por resolver. -----

----- Nós temos o Largo Leão que é uma espécie de estaleiro sem máquinas, há meses, há cerca de um ano, e para além dos problemas dentro da escola também temos problemas fora da escola. -----

----- E termino, dizendo que achamos que não estamos a exigir nada que não seja exigível. Estamos a exigir que sejam dadas condições de segurança às crianças, à escola e aos profissionais que lá trabalham. E portanto, essas três, ou quatro questões, o chão, os toldos, o plano de evacuação, o Largo Leão, têm de ser tratados e têm de ter uma resposta concreta que aqui só há adultos e portanto, chega de respostas redondas e chega de respostas ao lado. Nós queremos saber quando é que vão ser solucionadas estas questões. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício:** -----

----- “Muito obrigado, pedia que deixasse o texto para podermos comunicar à Câmara ou fazer chegar. -----

----- Bem, neste momento temos um Voto de Pesar pelo falecimento de Elza Maria Pires Chambel. -----

----- Como é habitual este Voto de Pesar foi aceite, e portanto, vai ser lido pela Senhora Secretária em exercício a Senhora Deputada Municipal Patrocínia César. -----

----- Voto de Pesar nº 1/70 apresentado pelo Grupo Municipal do CDS-PP, pelo falecimento de Elza Maria Pires Chambel.” -----

----- **Voto de Pesar pelo Falecimento de Elza Maria Pires Chambel** -----

----- “Elza Maria Pires Chambel nasceu no Rio de Janeiro, Brasil, no dia 10 de Fevereiro de 1936, e faleceu no dia 19 de Maio de 2015, aos 79 anos de idade. -----

----- Mulher dedicada ao serviço público, empregou sempre as suas forças no apoio aos mais frágeis da sociedade portuguesa, mudando pela positiva a vida de tantos os que com ela contactaram. Generosa, destemida e perseverante, será para sempre recordada como a “Senhora Voluntariado”. -----

----- Nascida no Brasil, fez de Portugal a sua casa, tendo rumado, ainda criança e com a sua família, para Trás-os-Montes, onde viveu a infância e a juventude. Aguerriada e corajosa, lutou pela sua integração plena das mulheres na Função Pública, abriu portas e foi a primeira mulher chefe de divisão em Portugal. -----

----- Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e iniciou a sua atividade profissional como Conservadora-notária, em Dezembro de 1961, funções que desempenhou até Agosto de 1969. Contudo, cedo a sua paixão pelas áreas sociais alterou o rumo do seu percurso profissional, levando-a ao exercício de funções nos serviços da Segurança Social. Assim, durante as décadas seguintes, ocupou diversos cargos públicos, tais como Diretora Distrital de Segurança Social de Santarém (1977-1979), Presidente da Comissão instaladora do Centro Regional de Segurança Social do Distrito de Santarém (1979-1983) e Presidente do Conselho Diretivo do Centro Regional de Segurança Social do Distrito de Santarém (1983-1990). -----

----- Até se retirar da vida profissional, todo o seu empenho foi dirigido às áreas sociais, com particular incidência nas questões das famílias, tendo desempenhado muitas funções de relevo público, tais como Adjunta do Gabinete do Ministro da Solidariedade e Segurança Social; Comissária regional do Sul da Luta contra a Pobreza e Presidente do conselho de direção dos Serviços Sociais do Ministério do Trabalho e da Solidariedade. -----

----- Aposentada em 2002, Elza Chambel dedicou-se em exclusivo ao voluntariado, tendo sido Presidente do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, desde a sua fundação, em 2006. Foi, depois, a Coordenadora Nacional do Ano Europeu do Voluntariado, em 2011. Através das suas ações de voluntariado, agitou consciências, estendeu a mão a famílias, deu coragem a quem mais dela necessitava. Fez o que tinha de ser feito e, como tal, ajudou na construção de um futuro melhor para muitos portugueses. Alertando para o valor da entreajuda, a Elza Chambel se deve, em grande medida, a relevância que o voluntariado ocupa hoje na sociedade portuguesa. -----

----- A sua entrega desapegada ao serviço público e à ajuda aos mais fracos foi marcante e o seu percurso de vida constitui um exemplo nacional de mérito e excelência. Esse percurso, nomeadamente o trabalho realizado no voluntariado, foi justamente distinguido pelo Presidente da República Portuguesa, que a condecorou com a Comenda da Ordem do Mérito, em 2012. -----

----- Inspiradora, incansável e de uma bondade inextinguível, Elza Chambel será para sempre recordada pelos sorrisos que despertou naqueles que, necessitados, viviam as suas horas mais negras. Por todos esses momentos, os portugueses estão-lhe gratos e lamentam o seu desaparecimento. -----

----- O sincero altruísmo com que conduziu a sua vida e que a elegeu como figura incontornável do voluntariado e da sociedade portuguesa, Elza Chambel deixa uma marca que perdura para além da vida. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 26 de Maio de 2015, presta homenagem à cidadã, guarda um minuto de silêncio em sua memória e endereça à sua família as mais sentidas condolências.”-----

----- **O Senhor Presidente em exercício:** -----

----- “Senhores Deputados Municipais eu penso que este voto merece toda a nossa atenção, eu pessoalmente também o subscrevo e penso que os outros membros da Mesa. -----

----- É uma pessoa, realmente, que muitos de nós tiveram o privilégio de conhecer.-----

----- Portanto, eu ia propor á vossa consideração o Voto de Pesar.-----

----- Não vejo pedidos de palavra, vamos votar. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Pesar nº 1/70, “Pelo falecimento de Elza Maria Pires Chambel”**, subscrito pelo CDS-PP. O Voto de Pesar foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- (Neste momento a Assembleia, de pé, prestou um minuto de silêncio em homenagem às personalidades constantes dos votos de pesar) -----

----- Houve mais um Voto de Pesar apresentado pelo MPT, mas a Mesa julgo que já fez chegar o seu entendimento que tendo em conta o *timing* em que foi apresentado e a circunstância de haver precedentes no que diz respeito a essa matéria, ficaria para uma próxima sessão e então iríamos continuar em frente.-----

----- Senhores Deputados Municipais terminada então esta parte dos nossos trabalhos, iremos então entrar no Período da Ordem do Dia.”-----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DOS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DE 2014 DAS 4 COMISSÕES DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LISBOA, AO ABRIGO DO Nº 2 DO ARTIGO 32º DA Lei 147/99, DE 1 DE SETEMBRO (LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO); GRELHA BASE 34M + 20 M PARA INTERVENÇÃO DAS CPCJ.**-----

----- (Os Relatórios das 4 Comissões das CPCJ ficam anexados a esta Ata como Anexos I, II, III, IV e dela fazem parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente em exercício:** -----

----- “A informação que eu tenho é que haveria uma apresentação do relatório que seria feita pelo Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira, que por uma questão de economia interviria logo a seguir também sobre a matéria.-----

----- O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD) apresentou o Parecer na qualidade de Relator da 6ª Comissão Permanente:** -----

----- (O Parecer da 6ª Comissão sobre os relatórios das CPCJ fica anexado a esta Ata como Anexo V e dela faz parte integrante). -----

----- “A 6ª Comissão ouviu com atenção as quatro presidentes e presidente das comissões de proteção de crianças e jovens e produziu um longo parecer de que irei ler as recomendações principais, que são três.-----

----- ‘Refletindo o texto do presente Parecer as opiniões consensualizadas dos membros da Comissão de Direitos Sociais e Cidadania da Assembleia Municipal de Lisboa, entenderam os mesmos ser determinante para o trabalho proficuo das CPCJ’s de Lisboa, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1- Em sequência das reuniões que tem organizado sobre a questão da proteção de crianças e jovens em Lisboa, promova em breve um Simpósio que congregue todas as

entidades intervenientes no processo de constituição e funcionamento das CPCJ's, incluindo a Assembleia Municipal de Lisboa;-----

----- 2- Que analise o seu modelo de funcionamento, no sentido da evolução para um sistema de núcleo constitutivo fixo, multidisciplinar e interinstitucional, com técnicos em número proporcional ao volume processual e assegurando ainda meios de transporte adequados, sem abandonar porém a forma de parceria social e a rotatividade na gestão; -----

----- 3- Que verifique a qualidade, adequação e segurança das instalações atribuídas a cada uma das Comissões de Proteção, de forma a garantir a equidade e igualdade das condições de tratamento das crianças e jovens de Lisboa.' -----

----- Senhor Presidente com sua autorização passarei a produzir, relativamente ao nosso Grupo Municipal, a opinião quanto a este assunto.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Revemo-nos totalmente no texto, nas conclusões e nas recomendações do presente parecer. -----

----- Entendemos que o trabalho desenvolvido pelas comissões de proteção de crianças e jovens de Lisboa é insubstituível e de elevado mérito social, com base de tipologia de organização concebida pelo Juiz Conselheiro Armando Leandro numa parceria social de boas vontades, mas, e aqui vem o mas, entendemos que também numa zona urbana e metropolitana como Lisboa, não podem nem devem subsistir, situações de desigualdade na capacidade de tratamento de problemas que tao profundo alcance têm para as crianças e jovens desta cidade e para as suas famílias. -----

----- As condições terão, portanto, que ser equivalentes, qualquer que seja a parte da cidade de que tratamos independentemente de quem esteja na Câmara, no Governo ou nas juntas de freguesia.-----

----- As instalações, as condições e a segurança têm que ser semelhantes, tem que haver um núcleo fixo de técnicos em número e quantidade proporcional aos processos, tem que haver os mesmos meios, não dependendo só de boas vontades. -----

----- O modelo deu boas provas, mas tem que evoluir, sem que se perca as características de parceria, ou pelo menos, tem de ser adaptada às condições prevalecentes numa grande urbe como lisboa. Há que juntar as entidades parceiras, há que encontrar as vias para independência de situações de falta de técnicos suficientes, de falta de instrumentos de intervenção, de falta de instrumentos de proteção. Devemos todos mobilizarmo-nos para esse objetivo.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Videira (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “As minhas primeiras palavras são para saudar as mulheres e os homens que integram as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens da cidade de Lisboa e saudá-los pelo seu empenho em condições muitas vezes adversas. -----

----- Da análise do relatório reparamos na seguinte situação: -----

----- 1 - Falta de recursos humanos; -----

----- 2 - Um desinvestimento e desatenção por parte da tutela; -----



----- 3 - O aumento exponencial do número de casos. Cada vez mais como exemplo temos os maus tratos, o insucesso e abandono escolar, o *bullying*, e aquilo que hoje sabemos os números das cifras de 2014 são as mais elevadas de sempre, relativamente ao abuso sexual de menores. -----

----- Salienta-se do relatório ainda a desproporcionalidade entre o número de casos que um técnico deve acompanhar e aqueles que têm que efetivamente acompanhar, não conseguindo dar resposta adequada à situação dada a impossibilidade de acompanhar devidamente esses casos. O técnico faz um levantamento da situação, procede ao seu estudo, aplica a medida e quando lhe deve aplicar esta medida, não tem tempo para o fazer dada a desproporcionalidade relativamente ao número de processos que acompanha. -----

----- Outra das graves lacunas apontadas é falta de resposta por parte dos parceiros institucionais para a aplicação da medida, como por exemplo a integração de jovens. Há de facto um conjunto de parceiros que estão presentes nas comissões, mas depois pouco se disponibilizam para fazer de facto o trabalho que tem que ser feito a seguir, que é integrar nesses mesmos parceiros esses jovens de modo a começarem a fazer o seu percurso profissional. -----

----- Neste quadro e considerando o relatório da CPCJ Ocidental em que o maior número de casos envolvia a Freguesia da ajuda, enquanto Presidente da Freguesia da Ajuda, entendi dar o exemplo e sinal de preocupação relativamente a estes casos afetando na nossa Junta de Freguesia da Ajuda um técnico em exclusividade para a comissão restrita da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. -----

----- Devo dizer-lhes que o que se necessita é que se siga este exemplo, e é necessário sensibilizar e incentivar todos os parceiros. Apesar de já haver aqui um esforço por parte da CML e por parte do Senhor Vereador João Afonso que se saúda, é necessário agora que haja uma participação efetiva de modo a que de facto haja um núcleo maior e fixo em técnicos, haja melhores meios de transporte e adequados ao serviço destas comissões e haja também condições mais dignas em termos de equipamentos e de instalações. -----

----- Por isso apelo ao voto favorável nesta recomendação.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker Rosas (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em relação aos relatórios de atividade das quatro Comissões de Proteção de Crianças e Jovens da cidade de Lisboa, o MPT salienta que estes são pautados por um aumento de atividade e diminuição de recursos de suporte à mesma. -----

----- Assim a primeira palavra é de reconhecimento a todos os que participam nestas comissões, dado que o trabalho realizado é maioritariamente efetuado em condições hostis, onde muitas vezes só o amor à causa permite chegar ir mais além, tornando-se no principal catalisador da atividade. -----

----- As ameaças a que os nossos jovens estão sujeitos começam a ser cada vez mais diversas e constantes. Em 2014 registaram-se 1335 crimes de abuso sexual a crianças, sendo o valor mais elevado da última década. Segundo o relatório da APAV de 2014,

existia um aumento de 2% de vítimas crianças e jovens, o que corresponde a quase 3 casos por dia e 19 casos por semana. -----

----- O MPT defende que é fundamental reforçar a política de apoio a estes grupos vulneráveis, pois trata-se de uma obrigação de uma obrigação do Estado que não se padece com critérios economicistas, nem com consolidações orçamentais. -----

----- Com cerca de 17 anos de existência, as CPCJ têm efetuado um trabalho de mérito, muitas vezes sem as condições necessárias para a sua realização. Nos últimos anos assistimos a uma erosão de recursos humanos retirados pela Segurança Social, prejudicando o normal funcionamento das comissões. -----

----- Assim o MPT concorda com as propostas da recomendação efetuadas pela 6ª Comissão, em particular com a realização de um simpósio que congregue todas as entidades intervenientes no processo de constituição e funcionamento das CPCJ. -----

----- Por fim, o MPT defende que o tema da proteção de jovens e crianças deve ser novamente colocado na agenda política nacional, por exemplo, através do cabal esclarecimento das propostas que os diversos partidos têm para a próxima legislatura.”

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Marques (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Apreciamos os relatórios de atividade das quatro Comissões de Proteção de Crianças e Jovens da cidade de Lisboa. -----

----- Gostaríamos de deixar uma primeira palavra de reconhecimento e incentivo às equipas das CPCJ, pelo trabalho realizado a favor das crianças e jovens da cidade de Lisboa. Com esforço e dedicação a resposta destas equipas ao nível da prevenção dos fatores de risco para crianças e jovens e da promoção dos seus direitos fundamentais, é uma causa pela qual, todos e todas, somos solidários e corresponsáveis enquanto cidadãos. -----

----- Assim sendo, numa altura em que se verifica um aumento exponencial de situações sinalizadas e a gravidade e complexidade das mesmas, importa refletir sobre as decisões tomadas que impactam diretamente a capacidade de resposta adequada, atempada e eficaz destas equipas, nomeadamente no que diz respeito ao volume processual por técnico, ou áreas técnicas não supridas, fruto essencialmente de escassez de pessoal técnico. Assim, é preocupante observar a retirada de técnicos, que até há bem pouco tempo desempenhavam funções nas CPCJ, por parte da Segurança Social, acrescentando a este fator de instabilidade nas equipas a tendencial limitação de um ano de contrato para os técnicos nomeados pelo Ministério da Educação e a escassez de técnicos nomeados pelo Ministério da Saúde. -----

----- Há pois necessidade de as várias entidades intervenientes, proverem o número mínimo e multidisciplinar de técnicos, conforme previsto no modelo vigente, ou porventura num modelo adaptado a ser estudado. -----

----- Como recomendado no parecer subscrevemos o repensar do modelo de funcionamento pelo Município, com legitimidade conferida não apenas pela proximidade, mas também pela experiência adquirida ao longo dos anos com o trabalho com estas entidades. -----

----- Deverá caber também ao Município de Lisboa, assegurar o envio para o Governo e Assembleia da República esse trabalho, contributo para a discussão e alteração legislativa.-----

----- Relativamente ao ano anterior e após sucessivas visitas efetuadas pela 6ª Comissão, foi possível verificar a preocupação do Município em dotá-las de melhores instalações e de condições de trabalho, não obstante as melhorias que sejam, logicamente, ainda necessárias operar. -----

----- Verificámos também a mais-valia na existência de um técnico jurista nas entidades e desejamos que o mesmo se generalize a todas as equipas, não apenas nesta valência, mas noutras que de momento encontram resposta reduzida, como é o caso da saúde. Podemos assim constatar, que pese embora as melhorias introduzidas ou a introduzir, a falta de pessoal técnico é preocupante e deverá merecer um maior empenho de todas as entidades corresponsáveis por este organismo. -----

----- Sabemos todos que estes meninos e meninas, estes jovens, são aquilo que Alves Redol noutro século, não tao distante assim, infelizmente neste caso, descrevia como ‘os meninos que não tiveram infância’, por eles, com eles, nós temos que fazer bem mais e melhor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sandra Cristina Andrade (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Debatemos aqui o hoje o parecer relativo aos relatórios das atividades das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Lisboa, e relativamente a este assunto o BE gostaria de assinalar que das audições que decorreram com as quatro CPCJ de Lisboa, concluímos que a maior dificuldade destas instituições se prende com a falta de técnicos e de equipamentos adequados. -----

----- Esta é aliás, uma tendência que se tem vindo a agravar nos últimos anos e que recentemente teve um forte agravamento com a decisão do Governo de afastar quase 700 técnicos da Segurança Social, e portanto, não deixamos de registar que num momento em que se sente tanta necessidade de intervenção, aquilo que haja como resposta por parte do Estado seja a retirada de técnicos dos serviços. -----

----- Constata-se também que por muito que as autoridades locais trabalhem em conjunto com as CPCJ, estas não conseguem responder na totalidade às várias necessidades latentes, assim reveste-se de particular relevância a cedência de funcionários e de instalações que a Câmara e as freguesias têm vindo a efetuar. No entanto os sucessivos cortes orçamentais fazem-se sentir com gravidade e têm evidentes consequências nas organizações e nas medidas que podem ser implementadas junto das crianças e das famílias intervencionadas. Consideramos que o Estado não se pode desresponsabilizar destas consequências. -----

----- As várias audições realizadas permitem-nos também concluir, ou intuir, que o modelo das CPCJ carece de revisão. O BE considera que é fundamental intervir e investir nos serviços públicos e na qualidade das repostas públicas a estas situações, seja na escola, seja na Segurança Social ou nos cuidados de saúde públicos. -----

----- É essencial também assegurar que as crianças não são afastadas do seu núcleo de vinculação afetiva nem das suas famílias, por dificuldades económicas dos seus cuidadores.-----

----- Por fim, é também necessário garantirmos que a intervenção junto das crianças em risco não está sujeita a uma discriminação de classes, como muitas vezes vemos acontecer. Há crianças que não podem ser discriminadas pelo facto de serem pobres, e pelo facto de serem pobres, não podem estar condenadas a serem sempre filhas de um deus menor.”-----

----- **O Senhor Presidente em exercício:**-----

----- “Eu antes de dar a palavra à Segunda Secretária para anunciar o próximo orador, aproveitava para relembrar a todos os Senhores Deputados Municipais e a todas as Senhoras Deputadas Municipais, que amanhã temos um colóquio às dezoito e trinta aqui na Assembleia Municipal intitulado ‘O chão que Lisboa pisa’, com os professores Galopim de Carvalho e Fernando Catarino, e portanto, naturalmente não só os Senhores Deputados Municipais como o público em geral estão convidados para estar presentes.-----

----- Agora dou a palavra à Senhora Segunda Secretária para anunciar o próximo orador.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Já desde a Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959 e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989, que está consagrado um amplo conjunto de direitos fundamentais que englobam as obrigações dos pais, da sociedade e do Estado em relação à criança e adolescentes. Esta convenção não constitui apenas uma declaração de princípios gerais, pois, quando ratificada, representa um vínculo jurídico para os Estados que a ela aderem. E Portugal ratificou esta convenção em 21 de Setembro de 1990.-----

----- A necessidade de políticas de proteção da criança radica em duas vertentes, nas desigualdades do contexto económico, social e familiar em que se inserem estas mesmas crianças e nos meios e recursos indispensáveis para se cumprir os desígnios daqueles princípios legislativos e internacionais.-----

----- No entanto, um conjunto de investigadoras do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, apresentou no final de Janeiro deste ano um estudo sociológico sobre os “Impactos da Crise nas Crianças Portuguesas”, tendo observado que entre 2010 e 2013, houve uma redução drástica no apoio económico do Estado às famílias, deixando mais vulneráveis os agregados familiares, designadamente, aqueles com crianças a seu cargo, traduzindo-se num indesmentível agravamento da exclusão social em Portugal e da pobreza dita infantil.-----

----- Também no recente “Relatório da crise da Cáritas Europa 2015” sobre o aumento da pobreza e das desigualdades, divulgado no mês passado, veio aclarar a que situação conduziu a ausência de medidas do Governo para o reforço efetivo da proteção das crianças no contexto familiar e institucional. É que há famílias que estão a cortar em bens essenciais, que muitas vezes inclui a própria alimentação, e como essas famílias

não conseguem fazer face à situação de crise, o grupo mais afetado é, inevitavelmente, o das crianças. -----

----- Ao Governo exige-se o fortalecimento dos sistemas de proteção social, garantias efetiva de um rendimento mínimo para todos e a definição de uma estratégia nacional de combate à pobreza e exclusão social. Porém, onde estão as medidas de proteção de crianças em meios familiares economicamente débeis? Quando uma das situações reportada nos relatórios das CPCJ são as de desigualdade social que representam um dos fatores de instabilidade social e familiar, pondo em causa os direitos das crianças, devido à falta de acesso a rendimentos, proteção e de serviços de apoio adequados. ----

----- E o que tem promovido o Governo? -----

----- No caso concreto das CPCJ, o Instituto da Segurança Social retirou centenas de técnicos, pondo em risco não apenas as suas atribuições e funcionamento, como a sua missão de proteção das crianças e jovens em risco. Relembre-se que, só em 2012, foram objeto de acompanhamento pelas CPCJ cerca de 69 mil crianças e suas famílias, sendo que cerca de 90% das medidas de proteção aplicadas foram-no em ambiente familiar, junto dos pais ou de outro familiar. -----

----- E embora o Senhor Secretário de Estado tenha garantido que nesta matéria ‘nenhuma CPCJ, nenhum organismo desse género sofrerá qualquer diminuição de técnicos’, e que ‘não será pela Segurança Social que nenhum destes organismos deixará de prestar o seu serviço’. O que se verificou foi, ainda em 2014, o despedimento de 630 trabalhadores do Instituto da Segurança Social, acabando as CPCJ por ficar muito mais fragilizadas na sua constituição e na resposta e apoios às crianças, a que se somou o aumento do número de processos em constituição e análise.-----

----- Para terminar Senhor Presidente. -----

----- Atentos a este grave desenlace, alguns Grupos Parlamentares apresentaram em plenário da Assembleia da República projetos de lei e de resolução, que apontavam para a definição de um quadro financeiro com verbas oriundas do Orçamento de Estado, para a reafectação daqueles técnicos, para o reforço da cooperação entre Ministérios, em suma, para a disponibilização dos meios e recursos mínimos indispensáveis ao pleno funcionamento das CPCJ, iniciativas que seriam chumbadas pela maioria PSD/CDS, demonstrando, o quão irrelevante constituem para si as políticas de proteção infantil e juvenil e qual o seu verdadeiro sentido de classe, os pobres que paguem a crise. -----

----- Por tudo isto, “Os Verdes” insistem no imediato reforço dos meios e recursos necessários ao normal funcionamento das CPCJ. Assim o Governo tivesse o bom senso de recuar nas suas posições antissociais. Porque às crianças não se pode dizer é para amanhã.” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício:** -----

----- “Não tenho mais nenhum orador inscrito, portanto, iremos proceder à votação da Recomendação n.º 2/69, que foi aqui lida pelo Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira, portanto, penso que dispensa uma nova leitura. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a recomendação n.º 2/69, da 6ª Comissão Permanente, sobre os Relatórios de atividade de 2014 das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de Lisboa. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 2/69**. A Recomendação da Parecer foi aprovada **por unanimidade e aclamação.**” -----

----- **PONTO 2 – APRECIACÃO DO VOTO 2/69 (BE) – CONTRA A VIOLÊNCIA POLICIAL, AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO; GRELHA BASE 34M.**-----

----- (O Voto n.º 2/69 ‘*Contra a violência policial*’, apresentado pelo BE, fica anexado a esta Ata como Anexo VI e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em exercício:** -----

----- “O ponto seguinte é a apreciação do Voto 2/69, apresentado pelo BE, contra a violência policial. -----

----- O BE quer apresentar o seu voto?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O BE apresenta um Voto de Repúdio contra a violência policial. -----

----- O voto versa sobre os acontecimentos do passado dia 17 de maio, o dia em que o Sport Lisboa e Benfica conquistou mais um título nacional de futebol e que foi um dia que devia ter sido marcado apenas pela festa, mas que infelizmente foi marcado por outros acontecimentos, foi marcado por violência. -----

----- Em Guimarães foi assim, mas em Lisboa tomou proporções muito superiores e que não podemos deixar passar em claro. A violência a que assistimos nas televisões foi injustificada, as imagens transmitiram-nos uma carga policial gratuita e desproporcionada.-----

----- Tanto quanto é conhecido, registaram-se desacatos que começaram com alguns adeptos que atiraram garrafas e pedras aos agentes da polícia, ferindo alguns destes agentes e também outros adeptos que se encontravam na Rotunda do Marquês a celebrar a conquista do título. -----

----- Não é aceitável, de maneira nenhuma em circunstância alguma, que estes energúmenos, estes adeptos sem qualquer perspetiva de celebração, mas apenas de violência, e não é aceitável de maneira nenhuma que se passe o que se passou, e portanto, estes indivíduos devem ser identificados e entregues à justiça. -----

----- Mas o que não podemos aceitar de maneira nenhuma...” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício:** -----

----- “Apresentação só, depois...” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Passaram três minutos?” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício:** -----

----- “Não, é só para apresentação, é mais curto, depois pode intervir ainda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Posso usar o meu tempo todo agora? -----  
----- E portanto, como vos dizia. A atuação da polícia foi desproporcionada e não podemos aceitar de forma alguma que agentes que estavam no local para garantir a segurança e para garantir que os festejos eram feitos com tranquilidade e em ambiente de festa, não podemos aceitar, que alguns polícias se comportem também como energúmenos, mas com farda e com mais equipamento de violência e que usem essa farda para exercer atos que são absolutamente reprováveis. Num Estado de direito isto não é aceitável, não é admissível. E por isso o nosso Voto de Repúdio. -----  
----- Em primeiro lugar, todos os atos de violência e vandalismo que se registaram na Rotunda do Marquês, na noite de 17 de maio, repudia com certeza a atuação violenta, desproporcionada e gratuita da polícia e em particular de alguns agentes, e portanto, exige que haja um cabal esclarecimento, tal como já foi anunciado pelo ministério que tutela a polícia, e uma investigação, e naturalmente, consequências sobre o que se passou.” -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal António Ferreira Lemos (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Veio o Grupo Municipal do BE apresentar um Voto de Repúdio contra a violência policial de 17 de Maio. Afirma que os festejos foram manchados por atos de vandalismo e violência. Também em Guimarães, refere o BE, houve desacatos e também violência. -----  
----- Este voto é de repúdio contra a violência policial, mas refere a marcha de vandalismo, de violência e de desacatos, assim, o voto do BE foi, quando foi apresentado há oito dias, e é prematuro, foi apresentado antes do tempo. -----  
----- E digo mais, é um voto demagógico, hipócrita e pouco democrático. -----  
----- É prematuro, porque é formulado imediatamente após se terem tornado públicos partes de acontecimentos. E prematuro por não ter considerado as posições dos vários intervenientes nestes desacatos e nestas desordens. -----  
----- Não foram ouvidas as autoridades autárquicas, não foram ouvidas as autoridades policiais, não foram ouvidos e qual a opinião dos clubes de futebol, aqui em princípio e principalmente, o Benfica. Não foram ouvidos outros testemunhos que entretanto nestes oito dias já surgiram, e também não foram visualizados outros gritos. -----  
----- O BE reagiu muito a quente com demagogia e hipocrisia. Demagogia porque sem total esclarecimento dos factos faz um aproveitamento de algumas imagens televisivas, que ferem e muito, a sensibilidade de todos. -----  
----- Todos repudiamos comportamentos excessivos, mas há que avaliar todo o processo, caso contrário, está-se a manipular objetivamente a opinião pública. -----  
----- Há também hipocrisia tanto na insinuação de preconceitos racistas, como na forma que pretende pôr em causa a competência, a preparação, o profissionalismo das forças de segurança que constituem um elemento necessário, digo necessário, digo, repito, um elemento necessário, seguramente não suficiente, da ordem democrática. ---  
----- A democracia exige e a sociedade deseja segurança e ordem pública, mesmo tendo em conta os pareceres negativos das forças de segurança, aguardemos, aguardemos todos, os relatórios e conclusões dos inquéritos para avaliarmos esta

importante questão da perturbação da ordem, com incidentes muito tristes e lamentáveis.-----

----- Nada justifica julgamentos na praça pública, tudo justifica apuramento de responsabilidades e aplicação das respetivas sanções. -----

----- O CDS defende a liberdade de festejar sem quaisquer condicionamentos, mas não se deve tomar decisões sem total esclarecimento dos factos, esta é uma das razões principais do repúdio deste voto. -----

----- Após apurar as razões que teriam levado a Câmara e o Benfica a discordarem ou a ignorarem os alertas da PSP, e o porque de não estar a PSP devidamente equipada.---

----- Senhor Presidente termino já. -----

----- É necessário apurar responsabilidades, é absolutamente indispensável fazer um balanço sereno dos incidentes, é preciso saber os danos morais, físicos e contra a integridade dos intervenientes, ocorridos nos tristíssimos acontecimentos que aqui nos vem trazer o BE.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Helena Roseta (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em nome dos Deputados Municipais Independentes nós vamos pedir a votação por pontos. -----

----- Relativamente ao primeiro ponto do BE, ‘repudiar os atos de violência e vandalismo ocorridos durante os festejos da celebração da conquista do título’, naturalmente que votaremos a favor. Penso que qualquer pessoa de boa vontade, qualquer democrata, terá de repudiar atos de violência e vandalismo onde quer que ocorram, por isso não temos dúvidas.-----

----- Quanto aos restantes pontos, nós iremos votar contra também por uma razão muito simples. Este voto, da maneira como ele está redigido, dá a sentença antes do julgamento. -----

----- Eu lembro-me de em pequena ler muitas vezes a ‘Alice no País das Maravilhas’ e a uma certa altura a personagem Rainha de Copas diz ‘cortem-lhe a cabeça, cortem-lhe a cabeça’, e a Alice diz ‘não mas eu quero ser julgada’, e a Rainha responde ‘primeiro a sentença e depois o julgamento’. -----

----- É um pouco a figura da Rainha de copas que o BE está aqui a fazer, primeiro corta-se-lhes a cabeça e depois então vai-se fazer o julgamento. Nós entendemos que isto está incorreto, tem que haver apuramento de responsabilidades, tem que haver verificação efetivamente de danos e prejuízos, tem que haver sanções contra aqueles que prevaricaram, sejam eles agentes da polícia, sejam eles populares. Naturalmente que os agentes da polícia têm uma responsabilidade maior, todos sabemos disso, mas não nos compete, de facto, fazer primeiro o corte da cabeça e só depois o julgamento.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Aquilo que aqui interessa fundamentalmente neste caso e nesta moção apresentada pelo BE, é analisarmos aquilo que foi feito e aquilo que foi, ou aquilo que queríamos que fosse e aquilo que foi de facto. -----



----- Aquilo que queríamos que fosse é que fosse uma festa linda, uma festa linda, como dizia o Chico Buarque 'A festa é linda pá, fico contente', mas não foi isso, a festa não foi linda e não podemos ficar contentes.-----

----- De facto, esta festa estava preparada e naturalmente a vontade da Câmara e a vontade do Sport Lisboa e Benfica e a vontade, julgo, naturalmente da polícia, era que acontecesse uma festa em grande, uma festa com raça cidade de Lisboa, uma festa que fizesse lembrar ao mundo o que é um grande clube e com os seus milhares de adeptos festejarem o bi-campeonato. -----

----- Era essa a intenção, ninguém dúvida que fosse essa a intenção, mas o que é facto é que não foi isso que aconteceu e aquilo que era para ser uma honra para a cidade, uma honra para a Câmara, uma honra para nós todos, acabou por ser nalguns aspetos e de alguma forma, uma vergonha, na medida em que transmitiu para o mundo inteiro uma situação muito desagradável, seja quais forem os culpados, uma situação muito desagradável e uma imagem muito negativa da cidade de Lisboa. -----

----- É isto que nós nos devemos concentrar e é isto que não pode voltar a acontecer e é a análise das razões porque aconteceram que nós temos que pesquisar. Pode haver muitas e naturalmente os inquéritos vão desenvolver imensas análises relativas e imensas averiguações relativas aos factos, mas há casos que são indiscutíveis.-----

----- Como é que é possível que numa concentração de tantas horas, tantas horas, atendendo a que o Sport Lisboa e Benfica, os jogadores se deslocavam depois do jogo de Guimarães para Lisboa, que haja tendas a vender álcool da maneira como o fizeram? -----

----- É evidente que aquela massa humana, numa tarde tão quente como foi a desse domingo, naturalmente chegam às oito, nove, dez horas e há muita gente que está alcoolizada. -----

----- Como é que é possível e tendo acontecido o que aconteceu em Guimarães, nomeadamente aquilo que foi passado pela televisão, que é quase um espancamento brutal de um cidadão que aparentemente, aparentemente, não fez mal a ninguém, como é que é possível que à frente das forças policiais fosse exibido esse filme, esse filme, penso que repetido várias vezes? -----

----- É óbvio que isso era um acicate a que a violência surgisse. -----

----- E é estes dados, é estas situações, eu ouvi dizer que a festa tinha sido patrocinada por uma cerveja, uma empresa cervejeira. Está mal, está mal porque a festa é uma festa do futebol, é uma festa do desporto, é uma festa da alegria, é uma festa das famílias, não é de facto para ser uma festa onde os arruaceiros que habitualmente utilizam estas situações para fazer a demonstração da sua capacidade e do seu poder, o tivessem feito. -----

----- Lamento o que aconteceu, penso que deverá ser averiguado, o PSD também vai votar ponto por ponto esta moção, mas é mais importante que tudo é que fique a experiência e que não se voltem a cometer os mesmos erros.-----

----- Não sei de quem é a culpa, se é da polícia, se é da Câmara, se foi a Câmara que não obedeceu à polícia, se foi a polícia que exagerou em relação aquilo que eram as

suas próprias, as facilidades que deu, o que é facto é que aconteceu e foi muito mau que tivesse acontecido. Era isto que eu queria dizer.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Para o PS a PSP é um pilar do estado de direito democrático, não é uma instituição racista e é uma instituição que tem um conhecimento de proximidade muito importante para a cidade de Lisboa e certamente para o País inteiro.-----

----- Esta moção e os seus considerandos são completamente inaceitáveis e a serem aprovados, naturalmente que, conotariam esta Assembleia Municipal com uma posição de grande irresponsabilidade e de grande injustiça para o mérito diário que todos os agentes da PSP prestam ao nosso País.-----

----- Certamente que em todas as instituições há comportamentos incorretos, terão que ser avaliados, terão que ser julgados em sede própria e certamente tudo aquilo que for apurado terá que ter consequências a nível individual, para quem não honrou, naturalmente, a farda que veste. Isto se vier a ser apurado qualquer circunstância e não tenho dúvidas nenhuma que as imagens televisivas em Guimarães demonstraram duas atitudes diferentes de dois agentes policiais, e portanto, certamente que sim.-----

----- Mas misturar a árvore, confundir a árvore com a floresta é um grave erro e o PS não será conivente numa moção, que em última análise desprestigia e enfraquece a imagem pública de uma instituição que presta um serviço diário fundamental para a cidadania das pessoas.-----

----- Certamente que não nos revemos nos considerandos e repudiamos totalmente. Se esta moção for votada em separado não temos nada contra o primeiro ponto, que é, também peço que desculpem, uma verdade *lapaliciana* que pode ser votada em qualquer circunstância porque todos nós repudiamos atos de violência.-----

----- Mas volto a repetir, tal como está escrita nos seus considerandos, esta moção é uma grande irresponsabilidade e nós estamos veementemente contra ela. Muito obrigado”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “As intervenções que ouvimos colam pouco com o que está escrito.-----

----- O CDS acusou o BE de demagogia e hipocrisia, a Senhora Arquiteta Helena Roseta na qualidade de Deputada Municipal acusou o BE de querer fazer uma sentença antes do julgamento e o Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho defende que a polícia é um pilar do direito democrático.-----

----- Tudo isso é partilhado pelo BE, aliás, não vê outra coisa escrita no voto, aliás, se ler com cuidado na parte deliberativa que é aquela que vai votar, não vai votar os considerandos, diz exatamente isso, diz que devem ser avaliadas as responsabilidades e esclarecido cabalmente o que se passou.-----

----- Portanto, o BE não quer fazer um julgamento, não quer aplicar uma sentença, antes de haver apuramento de responsabilidades, aliás, na ‘Alice no País das Maravilhas’, a obra citada pela Arquiteta Helena Roseta, há uma outra figura

interessante e metafórica que é o ovo, o *Humpty Dumpty*, que está em cima do muro e que tem sempre medo de tomar uma posição, e portanto, fica parado. -----

----- O que esta Assembleia Municipal pode fazer é isso, é fazer de ovo, olhar para a televisão e ver alguns polícias, não a PSP em geral, mas alguns polícias a terem atitudes racistas, a terem atitudes obscenas para com os adeptos que estavam na Rotunda do Marquês, a ter atitudes de violência gratuita e até, curioso, a atirarem garrafas aos adeptos que estavam na rua. -----

----- Portanto, poderemos sentar-nos em cima do muro e fazer de ovo ou podemos tomar uma posição sobre o que se passou, o BE propõe que seja tomada uma posição.” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício:** -----

----- “Não há mais ninguém inscrito, portanto, iremos proceder à votação. -----

----- Foi requerido por várias bancadas, nomeadamente pelo MPT, pelo PSD e pelos IND, o voto por ponto a ponto, portanto, eu irei ler e depois procederemos à votação.--

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 2/69 (BE)**. A Recomendação será deliberada por pontos. -----

----- Ponto n.º1 - Repudiar todos os atos de violência e vandalismo ocorridos durante os festejos da celebração da conquista do título pelo Sport Lisboa e Benfica. -----

----- **Ponto 1** -----

----- **Aprovado por unanimidade.** -----

----- Ponto n.º2 - Repudiar a atuação violenta e despropositada das polícias envolvidas neste acontecimento, bem como o atropelo de direitos constitucionais. -----

----- **Ponto2** -----

----- **Rejeitado com a seguinte votação: votos contra de PS, CDS-PP, MPT, PNP, 6 IND e 1 DM PSD, votos a Favor de PCP e BE, Abstenção de PSD, PEV e PAN.** -----

----- Ponto n.º3 - Solidarizar-se com os cidadãos e cidadãs presentes na Rotunda do Marquês de Pombal no dia 17 de Maio, que foram alvo de violência e atropelo de direitos. -----

----- **Ponto 3** -----

----- **Rejeitado com a seguinte votação: votos Contra de PS, CDS-PP, MPT, PNP, 6 IND e 1 DM PSD, votos a Favor de PCP, BE, PEV, PAN e Abstenção de PSD.** -----

----- Ponto n.º 4 - Exigir o cabal apuramento de responsabilidades políticas do comando e da tutela, bem como criminal dos agentes individualmente envolvidos em violência gratuita contra cidadãos e cidadãs indefesas. -----

----- **Ponto 4** -----

----- **Rejeitado com a seguinte votação: votos Contra de PS, CDS-PP, MPT, PNP, 6 IND e 1 DM PSD, votos a Favor de PCP, BE, PEV, PAN e Abstenção de PSD.** -----

----- Ponto n.º 5 - Enviar esta deliberação para os órgãos de soberania e para os sindicatos representativos das forças de segurança pública. -----

----- **Ponto 5** -----

----- **Rejeitado com a seguinte votação: votos Contra de PS, PSD, CDS-PP e 6 IND, votos a Favor de PCP, BE, PEV, MPT, PAN e PNP.** -----

----- Portanto, este ponto está preenchido.” -----

----- **PONTO 3 - DECLARAÇÕES POLITICAS AO ABRIGO DO ARTIGO 40º DO REGIMENTO; GRELHA J, LIMITE MÁXIMO 280 MINUTOS; INTERVENÇÕES E VOTAÇÕES.** -----

----- **O Senhor Presidente em exercício:** -----

----- “Vamos passar para o ponto das declarações políticas. -----

----- Eu antes de dar a palavra ao primeiro partido inscrito que é o PCP, está inscrito o Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos, só queria dizer que a Mesa, de acordo com os proponentes, reclassificou aquele chamado Voto n.º 2/70, que se intitulava uma saudação, para Moção n.º 3/70, do PCP, que será votado como Moção n.º 3/70.-----

----- Portanto, dito isto a Senhora Deputada Municipal vai dar a palavra ao Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos, já que estou com a mão na massa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A municipalização da educação, da saúde, da segurança social e da cultura, nós dizemos não!-----

----- O moribundo governo do PSD/CDS continua a avançar com as malfeitorias contrárias às autarquias e aos serviços públicos da responsabilidade do Estado. -----

----- Com a publicação do Decreto-lei nº 30/2015 de 12 de Fevereiro que estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio das funções sociais o atual Governo pretende reconfigurar o Estado, libertando-se das obrigações legais e constitucionais, das competências que lhe são inerentes em matérias tão sensíveis como a educação, a saúde, a segurança social e a cultura.-----

----- O objetivo é transparente e traduz a perspetiva ideológica de direita. Promover a privatização dos serviços públicos que primeiro subfinancia e depois desorganiza, atomiza e descontrola.-----

----- A escola pública de qualidade, o serviço nacional de saúde público e acessível a todos, o serviço de segurança social universal, público e solidário e a cultura para todos são desígnios constitucionais, valorizados pelas populações e que são primeiramente da responsabilidade estatal. -----

----- Os municípios portugueses têm um património relevante da melhoria da qualidade de vida das populações, veem sendo alvo igualmente de ataques persistentes à sua autonomia e qualidade de gestão pelo que encaram negativamente mais esta tentativa do governo de passar responsabilidade sem cuidar do necessário estudo, diálogo e avaliação das vantagens e desvantagens. -----

----- Para os municípios esta delegação de competências vai ser, nas atuais condições, mais um fator de pressão na organização e na estrutura municipal a braços com todos os constrangimentos existentes na admissão de trabalhadores e vai também colocar exigências técnicas nas áreas curricular e pedagógica e de saúde incluindo a

contratação de profissionais de educação e parte dos professores e dos profissionais de saúde, com exceção dos médicos. -----

----- Naturalmente que a passagem da gestão de equipamentos e infraestruturas das escolas do 2º, 3º ciclo e secundário, ou dos equipamentos de saúde e dos centros de saúde, num modelo de subfinanciamento, visa transferir custos para as autarquias, agravar o seu asfixiamento e, por fim, desresponsabilizar o poder central. -----

----- Para além destas consequências para os municípios esta delegação vai retirar autonomia e competência, já quartadas pelo governo de direita, das direções dos agrupamentos e das escolas, afrontando os professores. Igualmente na saúde vai por em causa a direção técnica administrativa dos serviços promovendo uma saúde a diversas velocidades com o risco de desenquadramento da política nacional de saúde e excessiva segmentação. -----

----- Quem tem experiência mínima de gestão de serviços sabe que um estabelecimento com profissionais dependentes de duas entidades é meio caminho para a desorganização, a redundância e o conflito de papéis e funções. -----

----- O que seria recomendado era valorizar a autonomia das escolas, o seu financiamento suficiente bem como a sua responsabilização integral. -----

----- Cada nível de poder tem as suas capacidades técnico-políticas para o desenvolvimento das atribuições dos serviços públicos. Para uma escola pública de qualidade e para os cuidados primários de saúde globais acessíveis e de qualidade são necessários meios financeiros de acordo com os custos reais. É possível definir um correto financiamento das escolas e dos centros de saúde com fórmulas de cálculo adequadas que promovam a equidade no acesso e garantam igual qualidade na prestação em todo o território nacional. -----

----- Atualmente os municípios já têm competências protocoladas no planeamento da rede escolar, na carta educativa, na rede de centros de saúde, na carta da saúde. Já têm responsabilidades na construção e qualificação do parque escolar do 1º ciclo e na execução de alguns centros de saúde. Os municípios desenvolvem programas de ação escolar e em muitos casos de apoio à saúde de grupos menos favorecidos, asseguram os transportes escolares. -----

----- Estamos a tempo de travar o caminho para acentuar as desigualdades, para a desregulação dos sistemas de ensino público de qualidade e de cuidados primários de saúde universais e equitativos. -----

----- Alguns velhos do Restelo dentro e fora do Governo dizem cinicamente que a municipalização dos serviços públicos de responsabilidade central é a melhor garantia de que as lógicas de privatização serão travadas. A experiência nacional e internacional mostra que, pelo contrário, quando surgem dificuldades financeiras ou outras nos municípios estes entregam a gestão ou concessionam a privados os serviços a seu cargo. -----

----- As consequências serão inevitáveis. A privatização parcial ou total das funções sociais do Estado. Os primeiros passos do caminho já estão à vista e a velha máxima será recuperada, ‘quem quer educação ou quem quer saúde pague-a!’ -----

----- O grupo de Deputados do PCP na Assembleia Municipal propõe a esta Assembleia Municipal a rejeição desta política e recomenda que a Câmara conjuntamente com a Assembleia Municipal promova um amplo debate com a comunidade educativa e da saúde, aberto à população da cidade. É este também o entendimento ao nível da Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Apresentamos também aqui uma Moção de saudação às coletividades, que valorizamos bastante no nosso município, a propósito do Dia Nacional da Coletividades a comemorar a 31 de maio de 2015.”-----

----- **O Senhor Presidente em exercício:** -----

----- “Há um pedido de esclarecimento. -----

----- Portanto, peço aos serviços que façam chegar o microfone ao Deputado Municipal Diogo Leão para um pedido de esclarecimento.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Leão (PS)** no uso da palavra fez o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “Gostava em nome do PS dizer que o partido está solidário com a moção que vocês hoje aqui apresentam. Nós sabemos que em termos de descentralização seja autárquica, seja descentralização (...) não se está a ouvir? -----

----- Temos algumas divergências de fundo que não são divergências, mas em relação concretamente (...) que o Governo aprovou, nós não podíamos estar mais de acordo. Este foi um processo feito sem (...), foi um processo que não resultou de nenhum debate público, um debate que deve, obviamente, acompanhar todos os grandes processos de descentralização do Estado, que deve incluir, obviamente, as autarquias. -

----- E nós acreditamos que este processo em causa deixou fortes dúvidas quanto à delimitação e à definição dos limites da própria autonomia municipal. No fundo foi uma forma do Governo se desresponsabilizar pura e simplesmente, de um conjunto de sectores e num conjunto de áreas fundamentais da sua competência, das suas responsabilidades.-----

----- Foi uma via fácil, no fundo, de se demitir dessas mesmas obrigações e de mais uma vez dar provas de que deixa o País desiludido e deixa o País desamparado, neste conjunto de áreas estruturais e fundamentais. -----

----- Logo, o que o PS advoga é um grande debate em torno destas questões. Nós somos a favor, por princípio, das descentralizações, não desta, mas de outra e que no fundo autarquias, juntas de freguesia, câmaras municipais, possam ter recursos para um dia operacionalizar estas funções com dignidade e com competência para a vida pública e para a melhoria de vida dos cidadãos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar, naturalmente agradecer, não é frequentemente que vemos esta possibilidade de podermos agradecer as palavras e até a posição coincidente com a nossa, de que esta descentralização é prejudicial, mais, não é uma descentralização é quase uma imposição e ainda sem garantias financeiras, tornando-se uma armadilha para quem a receber. É que recebe sem os correspondentes meios financeiros e vai

tornar a autarquia vítima, ou enfim, de um processo que mais tarde vai todos os outros setores a serem prejudicados. -----

----- Nós já conhecemos algumas experiências internacionais onde este processo confirmou que é uma má prática e que isto de descentralizar por descentralizar, não basta evocar o santo nome de Deus de que estar mais próximo é melhor. Estar mais próximo é melhor se tiver meios, se tiver bem organizado. -----

----- Nesta matéria, como noutras, há uma coisa crítica que é o plano e a política de equidade nacional e nós sabemos que os municípios todos estão a mais do que uma velocidade e iríamos ter serviços de saúde a velocidades várias, os melhores municípios teriam melhores serviços e na educação seria o mesmo. Neste caso seria inclusive transferir claramente para o município, funções pedagógicas e curriculares que até agora têm sido assumidas pelos profissionais desta área, os professores.-----

----- Concordamos, estamos de acordo, acho que a ideia de discutir e de discutir para opor este tipo de transferência, que não é uma transferência mas é uma imposição. -----

----- Muito obrigado, estamos de acordo, por isso estamos satisfeitos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Antes de iniciar a minha declaração política, não podia deixar de homenagear o Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles que celebrou ontem o seu 93º aniversário. -----

----- Figura notável das questões de ordenamento do território e do uso da terra em Portugal, tendo sido distinguido em 2013 com o prémio Nobel da Arquitetura Paisagista, o Prémio Geoffrey Jellicoe, da Federação Internacional dos Arquitetos Paisagistas de Auckland.-----

----- Desde 2007 que é Presidente Honorário do MPT, tendo também exercido funções de Subsecretário de Estado do Ambiente, Secretário de Estado do Ambiente, Ministro do Estado e da Qualidade de Vida e criou as zonas protegidas de Reserva Agrícola e Ecológica Nacional e participou ativamente nas negociações da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia. E também é considerado o pai do corredor verde de Monsanto. -----

----- Passaremos agora à declaração política propriamente dita. -----

----- No próximo dia 5 de junho comemora-se o Dia Mundial do Ambiente, celebrado pela primeira vez em Estocolmo no ano de 1972, no âmbito da primeira conferência das Nações Unidas sobre o ambiente humano, contudo, só em 15 de Dezembro do mesmo ano é que foi oficialmente criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, através da resolução 27.-----

----- A partir desta data, a entidade supracitada tem vindo todos os anos a conferir um tema diferente ao dia da celebração, com o intuito de fomentar ideias para atividades que promovam a consciencialização das populações para a proteção e preservação do meio ambiente. -----

----- Face ao exposto, o MPT sendo um partido com cariz ecologista, irá abordar a temática de gestão de resíduos nesta sessão dedicada a declarações políticas. -----

----- De salientar que o ambiente tem sido a questão mais debatida por nós, não só devido à índole partidária como referido anteriormente, mas sobretudo por

considerarmos que a gestão de resíduos, vulgarmente conhecida por lixo, para além de ser uma responsabilidade de todos é um problema social onde a cidade de Lisboa tem um longo caminho a percorrer. -----

----- O conceito de gestão de resíduos pode ser encarado como um conjunto de atividades de carácter técnico, administrativo e financeiro necessárias à deposição, recolha, transporte, tratamento, valorização e eliminação de resíduos. Numa sociedade cada vez mais consumista, assume uma importância fulcral para o bem-estar da população.-----

----- Porém, as diversas especificidades dos próprios resíduos, produtores e destinatários, implicam a necessidade da existência de um complexo conjunto de legislação. -----

----- Em Portugal a gestão dos resíduos urbanos até ao final dos anos 90, resumia-se única e exclusivamente à recolha e respetiva decomposição dos resíduos nas suas mais de 300 lixeiras, o que correspondia a menos de uma por cada Concelho. Com a implementação do Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos, PERSUL, as lixeiras foram desativadas dando origem a novas infraestruturas de tratamento, valorização e deposição final de resíduos, que contrariamente às lixeiras são usadas conjuntamente por vários municípios. -----

----- O Regime Geral de Gestão de Resíduos veio a ser aprovado em 2006 pelo Decreto-Lei 178/2006 de 5 de Setembro da redação dada pelo Decreto-Lei 73/2011 de 17 de Junho, que transpõe para a Ordem Jurídica Interna Diretiva n.º 2008/98CE do Parlamento Europeu e Concelho de 19 de Novembro. -----

----- Com a estruturação dos sistemas de gestão de resíduos urbanos, Portugal passou de uma situação em que existiam 257 entidades gestoras de resíduos para o estado atual, onde em todo o território continental apenas existem 23 sistemas de gestão de resíduos urbanos, dos quais 12 são multimunicipais e 11 intermunicipais. -----

----- Na região de Lisboa e Oeste de Portugal o tratamento e valorização dos resíduos urbanos é multimunicipal e da responsabilidade da Valorsul. -----

----- Em resultado das dívidas aos sistemas multimunicipais de águas e resíduos, foi publicado em Junho de 2014 um diploma que impede aos municípios que tiverem dívidas de usar o dinheiro para outros fins. Desta forma, as câmaras municipais desde 1 de Março do presente ano vêm-se obrigadas a registar as receitas obtidas com o serviço de abastecimento de água, saneamento e tratamento de lixo e transferir metade desses valores para as entidades gestoras, caso não tenham liquidado total ou parcialmente as suas faturas. -----

----- O Artigo 58º do Decreto-Lei 178/2006 de 5 de Setembro, veio criar a taxa de gestão de resíduos, a TGR. Esta a vigorar desde 2007 em Portugal, sofreu algumas alterações, sendo que a mais recente se deve À Lei 82D de 2014, 31 de Dezembro, a designada fiscalidade verde.-----

----- A TGR foi criada com o intuito de ‘melhorar o comportamento de operadores económicos e consumidores finais, no sentido da redução de produção de resíduos e sua gestão mais eficiente que passe pela internalização por produtores de resíduos e consumidores, dos custos ambientais que lhes estão associados e permita estimular o



cumprimento dos objetivos nacionais em matéria de gestão de resíduos. A maioria dos resíduos sujeitos a TGR são urbanos e a TGR sobre estes resíduos é assumida pelo cidadão, que detém uma intervenção limitada na sua gestão mais eficiente e no cumprimento dos objetivos nacionais’.

----- Nesse sentido os consumidores têm que pagar uma taxa de resíduos, incluída na fatura da água, independentemente se cumprem ou não com as boas práticas de separação do lixo doméstico. Esta tarifa deriva da gestão de resíduos que é feita por cada município. Em Lisboa, por exemplo, esta taxa ronda os 3,5€ por cada 7,4m<sup>3</sup> de água consumida.

----- A Diretora da Valorsul em declarações à Lusa admitiu que outros sistemas custo-benefício são ‘operacionalmente complexos e onerosos para o sistema de gestão, o que não significa que devidamente ponderados, não possam ser utilizados em áreas delimitadas e com características próprias que potenciem a recolha seletiva’.

----- O representante da associação ambientalista QUERCUS, Rui Berkmeier, salientou em declarações à Agência Lusa que, ‘a verdade é que os cidadãos não têm qualquer vantagem em reciclar, só se for moral. A taxa de resíduos, deveria ser cobrada separadamente e não ser incluída na fatura da água, enquanto assim for, os que reciclam e não reciclam pagam o mesmo e não é justo.’

----- O MPT também defende que a ausência de mecanismos ‘*pay as you throw*’ não é suficientemente persuasiva enquanto modelo de comportamento de consumidores, uma vez que estes já não se sentem recompensados pelo seu esforço em aplicar a política dos RRR, em particular a reciclagem.

----- Face ao exposto e no seguimento desta declaração política, o MPT apresenta a Moção n.º 2/70 ‘Benefícios para quem recicla’, que apela a introdução de um novo modelo de sistema integrado e recolha de resíduos em Portugal, que permita aos cidadãos continuarem a desenvolver um conjunto de boas práticas ambientais e incentive os que não as fazem a desenvolver uma cultura de responsabilidade e de cidadania, não só por uma questão de moral, mas também sob a forma de benefício próprio. Pelo que a reciclagem não deve ser encarada como uma solução para um problema, mas sim, uma fonte de riqueza.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:

----- “Hoje trago um apelo de Lisboa aos restantes municípios por uma vida digna para os animais de companhia.

----- Lisboa foi pioneira de uma forma mais compassiva de olhar para os animais de companhia, um primeiro passo para o reconhecimento da dignidade e respeito que nos devem merecer todos os animais.

----- Com a inauguração da Casa do Animal e a posse do Provedor dos Animais, Lisboa com o apoio do PAN, colocou-se na vanguarda da defesa desta causa. Por outro lado, os defensores da causa animal reclamam em todo o País para os seus municípios, aquilo que já foi conseguido em Lisboa.

----- A 7 de Março de 2015 o PAN lançou uma iniciativa legislativa de cidadãos, pelo fim dos canis de abate, o que representa na prática o fim da pena de morte para os

animais de companhia. A dignidade dos animais não humanos, designadamente o seu direito à vida e à integridade física, psicológica e mental, constitui um facto incontestável e tem vindo a ser reconhecido de forma transversal nas sociedades humanas e esta data representa um marco importantíssimo nesta tomada de consciência.-----

---- Em dois meses e meio o PAN mobilizou a sociedade Portuguesa e conseguiu ultrapassar, em muito, as 35000 assinaturas em papel necessárias para a ILC. Estamos a terminar o período de validação das assinaturas e durante esta semana será entregue na Assembleia da República.-----

---- O tempo recorde em que foram conseguidas as assinaturas, é bem sinal de como esta proposta está madura no espírito da sociedade e como urge resolver os problemas associados.-----

---- Chegou altura de legislar e regular o fim desta irresponsabilidade coletiva. Estamos aliás próximos das férias de Verão, altura em que muitos destes crimes contra os animais de companhia e a nossa própria consciência são cometidos. O abandono de que irão ser vítimas, muitos daqueles que foram a alegria de tantas famílias, é um crime que não deverá ser agravado pela sua condenação à morte. Acreditamos por isso que a Assembleia da República, irá numa das próximas sessões concretizar aquilo que é uma aspiração da sociedade atual.-----

---- O exposto na ILC está assim perfeitamente alinhado com o disposto na resolução da Assembleia da República n.º 69/2011, a qual recomenda ao Governo uma nova política de controlo das populações de animais errantes, baseada na promoção de uma política de não abate dos mesmos. Apenas mediante a proibição do abate, como forma de controlo da população de animais e da promoção de condições dignas nos centros de recolha oficial, a criminalização de maus-tratos a animais de companhia se tornará consequente, criando um nível de paridade entre as obrigações exigidas a cada um dos membros da comunidade humana e as obrigações exigidas do Estado, e designadamente, dos municípios.-----

---- A criminalização dos maus-tratos a animais de companhia., não pode ter por efeito proibir apenas os maus-tratos aleatórios efetuados por pessoas singulares, mas estende-se naturalmente aos maus-tratos sistemáticos sofridos por animais de companhia e o seu abate, incluindo para o que ora interessa os centros de acolhimento.

---- O PAN, como é próprio numa ILC, apresentou publicamente a 7 de Março as propostas de alteração legislativa, que considera necessárias para resolver este problema de uma forma integrada e cabal.-----

---- Sabendo-se que muitos Deputados nesta Câmara, são simultaneamente Deputados da Assembleia da República, deixo aqui a minha exortação pessoal e em nome do PAN, para que brevemente durante a discussão na Assembleia da República possam igualmente dar os vossos contributos, com propostas próprias de cada Grupo Parlamentar.-----

---- Este 7 de Março é sem dúvida uma data para entrar na história, peço-vos enquanto Deputados da República, que complementem o 7 de Março com uma nova data desta legislatura, que permita que uma vez por todas levar a todo o País uma

mensagem compassiva para com aqueles que não têm voz e que gostamos de ver como elementos das nossas famílias.” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício:** -----

----- “Não vejo nenhum pedido de esclarecimento, vamos passar ao partido seguinte.” -

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Queria iniciar esta declaração política em nome do PS, por começar por saudar o Sport Lisboa e Benfica Campeão Nacional de Futebol da presente época, o Futebol Benfica por ter vencido o Campeonato Nacional Feminino de Futebol e todos os clubes desportivos da cidade de Lisboa que esta época tiveram demonstrações positivas, e desejar boa sorte ao Sporting Clube de Portugal para a final que tem daqui a dias. -----

----- Passou um ano meio da reforma administrativa de Lisboa e pouco mais de um ano do auto de transferência de competências para as juntas de freguesia. Talvez seja altura de podermos fazer um balanço intercalar, ainda que breve, deste período.-----

----- Recorda-se que foi um processo iniciado em 2008, um processo amplo e participado. Começou com a encomenda de estudos académicos a equipas de investigação prestigiadas, sobre a organização da cidade de Lisboa e sobre o nível de competências em termos de descentralização, documento que depois suscitou um amplo debate público e por fim também suscitou, um acordo político que mudou o paradigma do poder local na cidade de Lisboa. -----

----- Importa aqui realçar que mais importante que o novo mapa que foi encontrado, porventura cada um de nós teria um mapa diferente, foi a transferência maciça de competências para as juntas de freguesia, de transferências próprias que resultou na maior descentralização política feita em Portugal, no Portugal democrático. -----

----- Transferência de competências que reforçou não só o papel de proximidade das juntas de freguesia, uma vez que lhes deu maior eficácia e rapidez nas respostas. Aliás, o quarto relatório da monitorização feito recentemente, numa análise a esse mesmo relatório, permite observar que nenhuma junta virou a cara às suas novas responsabilidades e isto é algo que importa aqui chamar a atenção. -----

----- As juntas de freguesia de Lisboa, demonstraram estar a altura daqueles cétricos que achavam que não eram capazes de exercer as suas novas competências. -----

----- Para quem mesmo vaticinava o caos ou a falência da proximidade, os resultados para esses mesmos terão sido desconcertantes, não só a cidade em muitos aspetos está melhor como as ações inovadoras, como salienta este relatório, foram muito significativas. Aliás, o relatório aponta 88 ações inovadoras desenvolvidas pelas juntas de freguesia, só possíveis porque elas a partir de agora têm maior capacidade e maior responsabilidade política. -----

----- Destacam-se aliás as áreas de ações inovadoras na área do ambiente urbano e do espaço público, dos licenciamentos, da gestão de equipamentos e da ação social. É algo que nos orgulha a todos e naturalmente orgulha o PS, por tal ser possível. -----

----- Naturalmente que uma reforma não é um passeio, naturalmente que teve dificuldades, é bom que se diga e tem ainda dificuldades.-----

----- Passo por exemplo a salientar aqui algumas. -----

----- Ainda não está feita a necessária adaptação de muita estrutura burocrática/técnica da Câmara às novas realidades das competências das juntas de freguesia, precisa-se trabalhar nesse aspeto para podermos melhorar. -----

----- Também detetámos uma falha importante na própria Lei 56/2012, que foi não se terem atribuído às juntas de freguesia competências contraordenacionais em matéria das suas competências próprias na área da fiscalização das suas competências próprias. Refiro-me ao licenciamento, refiro-me à higiene urbana, por exemplo, e é urgente e necessário podermos ultrapassar esse problema. -----

----- Algumas situações pontuais de dificuldade em recursos humanos é verdade que existiram, mas as juntas de freguesia, também com a sua capacidade de não virar a cara às suas responsabilidades, souberam-nas ultrapassar e a Câmara, e bem, também teve o bom senso de não transferir para as juntas trabalhadores contrariados. E nessa perspetiva a solução encontrada neste momento poderá não ser a ideal, mas é uma solução e é uma solução que funciona. -----

----- Ainda não foi concretizada para as juntas de freguesia, uma das suas competências legais fundamentais para as juntas poderem gerir o seu território de uma forma mais eficiente, que é a transferência das emissões de ruído, as licenças das emissões de ruído. Consideramos mesmo Senhor Presidente da Câmara que esta deve ser uma prioridade a curto prazo que se possa resolver, porque se nós já demonstrámos que ao nível do licenciamento público, temos as competências e somos capazes de o fazer, também seremos certamente capazes de exercer esta competência com toda a responsabilidade, aliás, ela é uma competência própria. -----

----- Mas, volto ao ponto inicial. Uma reforma é isto mesmo, se não houvesse dificuldades não era uma verdadeira reforma, era apenas uma mudança de nome e uma operação de cosmética. Hoje em dia não reconheço nenhum presidente de junta de freguesia da cidade de Lisboa, que enjeite competências ou que diga que não as quer exercer. E não conheço, devo dizer também, muitos cidadãos que digam que a cidade não está a corresponder e que a cidade nalguns aspetos não está melhor. -----

----- Foi mesmo um marco histórico e é isto que eu queria aqui dizer. E foi um marco histórico e repito-o, porque se transferiram competências, mais do que o território, foi o nível de competências que se transferiram para as freguesias, porventura, a maior transferência de competências ao nível do poder central. E citando aliás, o Senhor Deputado Municipal do PCP na sua intervenção política, gostava de dizer que esta de facto, estamos mais próximos porque temos mais meios e temos melhor nível de organização. -----

----- Foi uma reforma que está a valer a pena e certamente que continuaremos a lutar por ela.” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício:** -----

----- “Há um pedido de esclarecimento, não, dois.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Municipal eu só queria, enfim, não é tema para hoje discutirmos, fazer-lhe esta pergunta. Está sempre um homem insatisfeito, está contente com o nível organizativo de quadros a tempo inteiro para dirigir a sua junta de freguesia e para dirigir estas novas competências?-----

----- Ou acha que era necessária outra estrutura e outros meios para fazer o que está fazendo? -----

----- E pergunto-lhe, há ou não o risco, a não ser feito este reforço de dirigentes a tempo inteiro, de cairmos na usura, ou na sobrecarga, ou no excesso de trabalho? Eu não diria no bernalto dos presidentes voluntariosos. -----

----- Sabe que o voluntariado tem limites.-----

----- Era uma questão que eu gostava, sei que gosta de refletir, também partilhasse aqui com a Assembleia Municipal.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho, não me dirijo ao Presidente da Câmara que está a sair.-----

----- Foi com muito gosto que eu o vi na primeira fila do PS, já tinha algumas saudades das suas intervenções no mandato anterior, nos mandatos anteriores. De facto, penso que é bom vê-lo a atuar e para além de...a atuar politicamente, e para além daquilo que representa. -----

----- Agora Senhor Deputado Municipal é óbvio que esta transformação e esta reforma administrativa foi histórica, foi histórica, mas o Senhor Deputado Municipal não concluiu tudo. Foi histórica porque houve uma convergência acentuada de forças políticas, nomeadamente do PSD e do CDS-PP, com as quais foi possível conseguir esta alteração, com algum sacrifício de muita gente e com algum ceticismo de muitos lados e com alguma animosidade de alguns setores políticos da cidade de Lisboa. -----

----- De facto, era uma reforma que já era esperada há 30 anos, era uma reforma que o Engenheiro Abecassis já queria fazer, era uma reforma que o Doutor Sampaio também desejaria fazer, era uma reforma que também o Doutor João Soares devia fazer e que os outros presidentes que seguiram, também naturalmente, queriam fazer, não houve condições para o fazer. Felizmente houve uma concentração de vontades, entre o PS e o PSD, que levou a que isto fosse concretizável e que fosse um exemplo para o País. Infelizmente em muitas outras situações a nível nacional, tal não acontece, ou seja, os partidos ditos do arco da governação não se entendem em questões que são fulcrais para o desenvolvimento da sociedade portuguesa. -----

----- Relativamente aos resultados eu também penso que na maioria das situações os resultados melhoraram. As juntas de freguesia de facto representam pelas competências que lhes foram atribuídas, pelos meios e pelos recursos humanos que lhe foram atribuídos também, conseguem prestar um papel importante e desenvolver um papel importante naquilo que é a melhoria da cidade. -----

----- Mas também estou de alguma forma de acordo com o Deputado Municipal Carlos Santos que diz de facto sobre os dirigentes, nomeadamente aqueles que estão

em funções executivas, recai uma responsabilidade muito grande que muitas vezes ultrapassa a sua própria capacidade. -----

----- E é preciso nós refletirmos sobre isso, se esta forma de atribuição de responsabilidades executivas se está correta, isso não pode ou deve ser ampliada, porque eu recorde que muitas das freguesias da cidade de Lisboa são maiores que grande parte dos concelhos deste País, e a estrutura executiva que as juntas têm, através do seu presidente, do seu tesoureiro, vice-presidente e dos restantes quadros, não capacitam humanamente para responder durante muito tempo a esta problemática.

----- E aquilo que é feito agora com muito entusiasmo e naturalmente continuará a ser feito com muito entusiasmo, pode acontecer que haja uma saturação daqui a algum tempo e essa reflexão que é preciso ter. Antes que houver, antes que chegue a saturação, era uma reflexão que se devia ter no sentido de adaptar as responsabilidades às capacidades de resposta que os dirigentes que estão à frente dessas instituições possam ter. É isso.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos muito obrigado pelas suas questões.-----

----- Vou responder à primeira. Estou satisfeito com o nível de organização que implementei na junta de freguesia da qual sou responsável, e estou convencido, que cada um dos senhores presidentes de junta de freguesia está satisfeito com as soluções internas que encontrou.-----

----- Isso não tenho dúvidas nenhuma, não me consta que haja uma freguesia qualquer que esteja paralisada por falta de decisão política dos seus dirigentes, independentemente do partido que as lidera, não me consta que haja qualquer junta de freguesia que enjeite as responsabilidades que recebeu e que não esteja a exercê-las com grande convicção e com grande competência.-----

----- Quanto à segunda questão devo dizer ao Senhor Deputado Municipal que eu partilho, naturalmente, das suas preocupações, era necessário nós revermos a lei, aquilo que diz respeito à fixação de tempos, para mais responsáveis eleitos para o executivo. É evidente que sim, todos nós estamos de acordo com isso.-----

----- Estou já também abordar um bocado a questão posta pelo Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves.-----

----- É preciso é que se encontrem essas vontades todas na assembleia da República que é o lugar onde se pode alterar esta lei.-----

----- Só posso responder pelo meu partido, existe essa disponibilidade e essa vontade, pelos outros partidos não posso responder, naturalmente, agora isso não pode ser desculpa porque eu quando concorri e me candidatei a presidente já sabia quais eram as condições em que eu estava a concorrer.-----

----- Isso não pode ser desculpa para eu não exercer o melhor que sei, o melhor que posso e com a dedicação que entenda que devo dar a esta função e a este cargo, e certamente, cada um dos senhores presidentes de junta e futuros candidatos a presidentes de junta, quando o fizer saberá certamente as condições nas quais está a

concorrer, legais, e logo decidirá se sim ou não, se tem condições para exercer o cargo se for eleito.-----

----- Portanto, é uma questão que eu direi que, sim senhora era necessário darmos esse passo, mas isso não é desculpa para se dizer que as juntas de freguesia ou não conseguem responder aos seus desafios, porque o estão a responder, ou que a partir de agora não se transfiram competências para as juntas de freguesias porque eles não têm mais tempos. Não, o quadro legal é este, e certamente saberão dar essas respostas, encontrando soluções que não são as ideias, mas que são soluções e que são soluções legais, que se podem fazer e que se podem implementar. E é por isso certamente que a maior parte dos presidentes de junta estão neste momento a corresponder à expectativa e ao desafio que lhes foi criado.-----

----- Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves em relação à primeira parte da sua pergunta, eu quando fiz a minha intervenção falei enquanto autarca e se reparou não transporte para o PS nenhum louro em especial desta reforma administrativa, temos muito orgulho de ter participado nela, temos muito orgulho de a ter colocado em cima da mesa, mas sabemos muito bem que ela não teria sido possível ser feita sem a adesão do PSD e o contributo e naturalmente a reflexão. Isto também importa que se diga que este consenso foi procurado pelo anterior Presidente da Câmara junto de todas as forças políticas e foi amplamente discutido e aderiu a ele quem quis e não aderiu a ele quem não quis, legitimamente também certamente.-----

----- Mas também importa dizer e volto a realçar que este consenso não foi o consenso de sentar à secretária e vamos lá ver quais são as freguesias para aqui e para ali, não senhora. Este consenso partiu de um grande debate sobre a organização do território, com base em dois documentos de carácter científico, um sobre a reorganização do território em si e outro sobre o nível de competências a descentralizar, e a partir daí evoluiu-se para a solução final que foi encontrada.-----

----- E portanto, é uma reforma à qual certamente os partidos que votaram a favor se podem orgulhar nela e é uma reforma certamente que muitos outros partidos que não votaram nela a virão a defender num futuro próximo, se porventura ela vier a estar em causa ou porventura aparecer alguém que queria reverter para trás o nível de competências transferidas para as freguesias de Lisboa. E se eu fosse autarca de uma freguesia que não fosse Lisboa, também pugnava por ter um nível de competências de igual semelhança, não exatamente iguais que as freguesias e porventura os territórios não são iguais, mas pugnava por ter mais competências, porque de facto não só é dignificar o poder local de proximidade, mas é também dar mais competência e mais eficácia às nossas repostas junto das populações.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Neste momento o BE apresenta uma moção sobre o tema do voluntariado. Um tema que deve ser abordado de forma franca, sem estigmas e percebendo e diferenciando bem aquilo de que estamos a falar.-----

----- Em primeiro lugar e indo ao encontro da parte também dos considerandos da nossa moção, saudamos verdadeiramente todos e todas que de forma solidária dão o

seu tempo e disponibilidade para as mais variadas causas e que acreditam numa forma também mais solidaria de ver a sociedade.-----

----- Aliás é mais do que evidente que muitas associações e coletividades, nomeadamente de âmbito local, sejam elas de cariz cultural ou de solidariedade para com os outros, foram criadas, existem e sobrevivem graças a este esforço de muitos e muitas que têm então um papel fundamental na vida quotidiana de bairros ou comunidades. -----

----- Este esforço permite uma vida a muita gente mais confortável, mais digna, mais animada no caso das associações culturais, e por isso é de saudar. -----

----- No entanto o que se pretende com esta moção não é obviamente denegrir esta vertente que está muito bem aqui plasmada nesta moção, tem a ver com a distinção que deve existir e que deve ser fundamental entre o voluntariado, no sentido em que foi explicado e que está explicitado na própria moção, numa associação ou numa coletividade sem fins lucrativos do que é ser recrutado para trabalhar efetivamente em eventos que geram lucro para quem os promove, e esta distinção deve ser acautelada desde logo por uma instituição como a Câmara de Lisboa. Estamos cientes do programa de voluntariado da CML que contém bons exemplos do que deve ser verdadeiramente o voluntariado, mas também estamos cientes dos eventos que têm parcerias com o município que geram lucros e que vivem grandemente do voluntariado.-----

----- E o que propomos é tão simples quanto a CML faça essa distinção, que se assuma essa distinção nestes apoios que se concedem, e portanto, a escolha, o Executivo tenha essa escolha, esse poder de escolha na indicação dos apoios que dá, e portanto, esse princípio deve ser de base, porque se o voluntariado é um dos eixos deste Executivo então que o façamos corretamente.-----

----- Politicamente achamos que é insustentável que exista uma parceria, por exemplo, com o *'Rock in Rio'* em que são isentos cerca de 2,9 milhões de euros e admitir que funcionem à base de voluntariado que na verdade é trabalho. Trabalho comparativamente fazendo as contas às isenções e aos lucros que são advindos deste festival, custaria pagar àquelas pessoas que estão como voluntárias, custaria menos de 100 mil euros para pagar àquelas pessoas, e portanto, é esse tipo de distinção que tem de se fazer tendo em conta as funções que as pessoas estão a desempenhar. -----

----- Nesse sentido, relativamente à moção, um primeiro ponto de retificação de português, na primeira página no último ponto onde se lê 'tem' deve ser 'sem'. E relativamente ao ponto deliberativo chegou-nos uma proposta do Grupo Municipal do PS com uma especificação do Ponto 2 da parte deliberativa com a qual concordamos, onde se deve ler a seguir, portanto, 'Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que, nos eventos com fins lucrativos que apoia' e aí é que começa a parte diferente, 'articule com os promotores a realização de trabalho remunerado para as atividades de índole comercial e de execução de tarefas relacionadas com fim lucrativo.', portanto, achamos que esta especifica efetivamente aquilo que está nos considerando e aquilo que defendemos com esta moção, e portanto, aceitamos essa especificação.-----



----- Porque de facto o que se trata não é o querer acabar com o voluntariado, como é óbvio e está bem explanado, o voluntariado é algo que nas nossas sociedades e em Lisboa para muitas associações, e muitos bairros e muitas coletividades é de extrema importância, mas sim diferenciar aquilo que é voluntariado daquilo que é trabalho não pago.”-----

----- **O Senhor Presidente em exercício:**-----

----- “Senhora Deputada Municipal eu pedia que depois fizesse chegar as alterações para ficar em Ata, é melhor.-----

----- Não há pedidos de esclarecimento, por isso passaremos ao próximo partido.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sectoros sociais do Estado, como a educação, o Serviço Nacional de Saúde ou o sistema público da Solidariedade Social, verdadeiras conquistas do 25 de Abril, são áreas onde as desigualdades mais tendem hoje a avolumar-se, visto estarem a ser postas em causa por políticas de austeridade que procuram não apenas limitar, como anular esse princípio da universalidade dos direitos sociais.-----

----- Entre 2012 e 2015, as áreas da educação e ensino superior, a saúde e as prestações sociais foram reduzidas em mais de 2 mil milhões de euros.-----

----- Estas e outras medidas deixaram sequelas em vários sectores estratégicos da economia nacional, com particular incidência em sectores públicos plasmados na Constituição da República Portuguesa.-----

----- Nos últimos três anos, estes cortes nas funções sociais do Estado refletiram-se na crescente degradação dos serviços públicos prestados à população. Por exemplo, como admitiu o próprio Ministro da Saúde, mais de um milhão de portugueses continua sem médico de família, com particular incidência na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.-----

----- As estatísticas provam que as verbas para a educação têm o valor mais baixo do PIB, ficando a cerca de metade das recomendações internacionais, sendo já Portugal um dos últimos países do ranking da OCDE. A falta de auxiliares de educação nas escolas e o recurso a desempregados nos centros de emprego, para contratos precários, têm sido ciclicamente contestados. Os trabalhadores da Função Pública viram o seu horário de trabalho semanal aumentar de 35 para 40 horas, mantendo a mesma remuneração com cortes salariais. Por falta de funcionários noutros serviços, a obtenção de documentos, como a renovação de uma simples carta de condução, poderá demorar cerca de um ano. O Instituto da Solidariedade Social retira técnicos das Comissões de Crianças e Jovens. Os aposentados veem de novo as suas reformas em risco. E os exemplos da crescente degradação dos serviços públicos podiam multiplicar-se.-----

----- «Os Verdes» constataam que medidas como estas representam consequências dramáticas para a generalidade dos portugueses, nomeadamente para as famílias de baixos rendimentos ou que os perderam por terem ficado sem emprego, tendo afetado também, e de uma forma profunda, a prestação de serviços públicos aos cidadãos.-----

----- Acontece que os serviços públicos não funcionam sem trabalhadores. Mas não se pense que os cortes na despesa pública, impostos pela "troika" e aplicados pelo atual Governo, foram-no apenas nas despesas com pessoal. Eles também atingiram o investimento em inúmeras áreas sociais, agravando as desigualdades no acesso à educação e à saúde, e atirando milhares e milhares de portugueses para a miséria e para a exclusão social, contribuindo para agravar as condições de funcionamento e da prestação desses serviços à população. -----

----- É à custa destes sacrifícios que o Governo e os media, ofuscados pela ideologia dominante e submissos a poderes estrangeiros, ou para empregar as palavras do Ministro das Finanças grego, "mais alemães que os próprios alemães", ainda dizem que a "austeridade resulta", ou que os portugueses "aguentam, aguentam". -----

----- Perante este ataque à dignidade e à vida dos portugueses e ao País, por um lado, os trabalhadores lutam por melhores condições de trabalho, por outro, os utentes procuram defender a prestação de serviços públicos de proximidade e de qualidade. ---

----- Finalmente interessa lembrar que esta calculista e premeditada destruição de sectores estratégicos do Estado e dos serviços públicos em particular, abre e facilita a sua crescente privatização, assistindo-se ao denominado "negócio do Século XXI", segundo os próprios representantes dos grupos económicos, mas que comporta consequências nefastas para um futuro sustentável da qualidade de vida dos portugueses. -----

----- O Estado tem a obrigação, perante os cidadãos, de investir em políticas públicas que garantam o pleno emprego e os padrões mínimos de qualidade de vida. É, por isso, indispensável uma mudança de políticas que assegure o crescimento e o desenvolvimento económico, aposte na produção nacional, crie mais e melhor emprego, promova uma justa distribuição da riqueza e garanta a defesa e a melhoria das funções sociais do Estado. -----

----- Por tudo isto, «Os Verdes» consideram que este modelo de desenvolvimento é profundamente injusto e desumano para as famílias portuguesas, designadamente, para aquelas que subsistem com rendimentos mínimos e no limiar da pobreza. -----

----- É pela pertinência de todos estes fatores que «Os Verdes» propõem que a Assembleia Municipal de Lisboa delibere pugnar pela defesa dos serviços públicos consagrados na Constituição da República Portuguesa, que reconheça as vantagens da prestação de serviços públicos de proximidade e de qualidade, em prol dos cidadãos e dos lisboetas em particular, e finalmente, que se expresse junto do Governo e dos seus órgãos sectoriais de decisão, a sua preocupação e oposição perante tentativas de alienação, privatização de sectores estratégicos do Estado e dos serviços públicos em particular.” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício:** -----

----- “Não vejo nenhum pedido de esclarecimento, portanto, tem a palavra um outro grupo.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sandro Araújo (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Uma intervenção muito rápida a propósito da Recomendação n.º 2/70 do BE para referir que iremos votar contra os três pontos, tendo em conta que no âmbito da Capital Europeia do Voluntariado três eixos fundamentais têm estado a ser exercidos por parte do Executivo, nomeadamente ao nível do reconhecimento público e valorização e qualificação do voluntariado.-----

----- É hoje comumente reconhecido que a participação a nível de voluntariado em eventos das mais diversas e variadas naturezas, permitem por um lado ganhar uma enorme experiência e a participação para além de voluntária, como o próprio nome indica, é frequentemente fiscalizada já pelas entidades competentes e não é à Câmara que compete fazer isso. -----

----- Por outro lado a redação para nós, apesar da alteração que foi feita, levanta uma questão ao nível, por exemplo, do que é que é a definição de um evento com fins lucrativos porque há eventos com fins lucrativos que são desenvolvidos por entidades sem fins lucrativos e vice-versa e por vezes não é muito fácil encontrar essa distinção e perceber as coisas de uma forma tao maniqueísta.-----

----- Não estou com isto a dizer que não haverá eventos onde isso ocorra, no entanto a recomendação que fazem é claramente genérica neste aspeto e por isso, por um lado iremos votar contra os pontos apresentados e eventualmente instamos o BE a sensibilizar ou a fazer uma moção para que as entidades competentes possam de facto fazer a sua identificação dos casos que não respeitem a lei. Porque no nosso entender a Câmara como pessoa de bem tem-no feito, tem trabalhado e pugnado para que haja um cumprimento da lei e se isso não acontecer há entidades que têm essa competência.” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício:** -----

----- “Senhores Deputado Municipais não temos mais nenhum grupo inscrito para declarações políticas, a Câmara sinalizou que não pretende usar da palavra, portanto, iremos proceder à votação dos diversos documentos que foram apresentados. -----

----- Portanto, peço a vossa atenção, iremos começar pela **Moção n.º 1/70 ‘Em defesa dos serviços públicos’**, que tanto quanto me recorde não teve alterações, portanto, irá ser votada tal como foi distribuída.-----

----- Vamos passar à **Moção n.º 1/70**, apresentada pelo PEV, intitulada “**Em defesa dos serviços públicos**”. -----

----- O PSD pede por pontos esta moção. -----

----- **Deliberada por pontos.** -----

----- Portanto, o **Ponto n.º 1 ‘Pugnar pela defesa dos serviços públicos consagrados na Constituição da República Portuguesa.’**. -----

----- **O Ponto n.º 1 foi Aprovado por unanimidade.** -----

----- **O Ponto n.º 2 ‘Reconhecer as vantagens da prestação de serviços públicos de proximidade e de qualidade, em prol dos cidadãos e dos lisboetas em particular.’**. -----

----- **O Ponto n.º 2 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **O Ponto n.º 3 ‘Apelar ao Município que expresse, junto do Governo e dos seus órgãos sectoriais de decisão, a sua preocupação e oposição perante tentativas de**

*alienação/privatização de sectores estratégicos do Estado e dos serviços públicos em particular.*’ -----

----- **O Ponto n.º 3 foi aprovado por Maioria com a seguinte votação: Votos a favor de PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP, 6 IND, abstenção do MPT e votos contra de PSD e CDS-PP.**-----

----- (A **Moção n.º 1/70**, “*Em defesa dos serviços públicos*”, apresentada pelo PEV, fica anexada à presente Ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante.)-----

----- Vamos passar à **Moção n.º 2/70**, apresentada pelo MPT, intitulada “*Benefícios Diretos a quem recicla*”, e a Mesa vai pôr esta moção à votação. -----

----- **A Moção n.º 2/70 foi aprovada por Maioria com a seguinte votação: votos a favor de PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6 IND e abstenção do PSD.**-----

----- (A **Moção n.º 2/70**, “*Benefícios Diretos a quem recicla*”, apresentada pelo MPT, fica anexada à presente Ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos passar à **Moção n.º 3/70 (anterior Voto de Saudação n.º 2/70)**, apresentada pelo PCP, intitulada “*Dia Nacional das Coletividades, 31 de maio de 2015*”, e a Mesa vai pôr esta moção à votação. -----

----- **A Moção n.º 3/70 foi aprovada por Maioria com a seguinte votação: Votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNP, 6 IND e abstenção de CDS-PP.**-----

----- (A **Moção n.º 3/70**, “*Dia Nacional das Coletividades*”, fica anexada à presente Ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos passar à **Recomendação n.º 1/70**, apresentada pelo PCP, intitulada “*Sobre o regime jurídico de transferência de competências estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro*”, e a Mesa vai pôr esta moção à votação. --

----- **A Recomendação n.º 1/70 foi aprovada por Maioria com a seguinte votação: Votos a favor de PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP, 6 IND, votos contra de PSD, CDS-PP e abstenção do MPT.**-----

----- (A **Recomendação n.º 1/70**, “*Sobre o regime jurídico de transferência de competências estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro*”, fica anexada à presente Ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos passar à **Recomendação n.º 2/70**, apresentada pelo BE, intitulada “*Pelo cumprimento da legislação laboral e não recurso abusivo a voluntariado nas iniciativas com apoio da Câmara Municipal de Lisboa*”, e a Mesa vai pôr esta moção à votação.-----

----- Eu vou chamar a atenção para as alterações, tem logo nos considerandos na primeira página, como foi dito pela Senhora Deputada Municipal, fica ‘sem procurar obter lucros’ em vez de ‘tem procurar obter lucros’, na primeira página. Um lapso facilmente reparável e corrigível.-----

----- Para além disso o BE alterou o Ponto n.º 2 da Recomendação, que passa a ter seguinte redação que eu leio por uma questão de ser claro ‘Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que, nos eventos com fins lucrativos que apoia, articule com os promotores a realização de trabalho remunerado para as atividades de índole

comercial e de execução de tarefas relacionadas com fim lucrativo.’, portanto, passa a ser esta a redação do Ponto n.º 2. -----  
----- O PSD pede a palavra para? -----  
----- O Ponto n.º 2 à parte, muito bem.-----  
----- Então iremos votar o Ponto n.º 1 e o Ponto n.º 3 em primeiro.-----  
----- A **Recomendação n.º 2/70** foi **Deliberada por pontos**.-----  
----- **Os Pontos n.º 1 e n.º 3 da Recomendação n.º 2/70 foram aprovados por Maioria com a seguinte votação: Votos a favor de PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP, votos contra de 6 IND e abstenção de PSD, CDS-PP e MPT.** -----  
----- Vamos pôr à votação o Ponto n.º 2 com a nova redação. -----  
----- **O Ponto n.º 2 da Recomendação n.º 2/70 foi aprovado por Maioria com a seguinte votação: votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN e PNP, voto contra dos 6 IND e Abstenção de CDS-PP e MPT.**-----  
----- (A **Recomendação n.º 2/70**, apresentada pelo BE, “*Pelo cumprimento da legislação laboral e não recurso abusivo a voluntariado nas iniciativas com apoio da Câmara Municipal de Lisboa*”, fica anexada à presente Ata como **Anexo XI** e dela faz parte integrante.)-----  
----- Bem Senhores Deputados Municipais penso que chegámos ao fim dos nossos trabalhos, não tenho mais nenhuma. -----  
----- Lembra novamente aos Senhores Deputados Municipais, público presente e os senhores da comunicação social que amanhã às dezoito e trinta há aqui uma sessão sobre um colóquio, ‘O chão que Lisboa pisa’, com o Professor Galopim de Carvalho e o Professor Fernando Catarino às dezoito e trinta. Portanto, é uma sessão naturalmente de grande interesse para a qual estão todos convidados. -----  
----- Muito obrigado Senhores Deputados Municipais e até à próxima sessão.” -----  
----- A sessão terminou, eram dezassete horas e dezoito minutos. -----  
----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----  
-----A PRESIDENTE -----